



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 29 de Agosto de 2024 | Ano V, n.º 273 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

PGR ACARINHA ATAQUES À LIBERADDE DE IMPRENSA
E A DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Dois processos envolvendo jornalistas e defensores de direitos humanos foram arquivados pela PGR alegadamente por falta de provas

- A Procuradoria-Geral da República (PGR) decidiu arquivar os processos sobre o desaparecimento do jornalista Ibraimo Mbaruco e a agressão ao jornalista Coutinho Macanaze, numa clara postura de negação do acesso à Justiça aos jornalistas que, tendo em conta a natureza do seu trabalho, são defensores de direitos humanos.



Ibraimo Mbaruco, jornalista e locutor da Rádio Comunitária de Palma, desapareceu em 7 abril de 2020, em circunstância não esclarecidas. No último contacto que manteve com pessoas a si próximas disse que estava cercado por militares. Coutinho Macanaze, jornalista da TV Sucesso, foi agredido por Membros das Mesas de Voto (MMVs), quando fazia a cobertura, ao vivo, do apuramento parcial nas fraudulentas Eleições Autárquicas de 11 de Outubro. Em ambos os casos, a PGR diz que não encontrou provas para dar seguimento aos processos.

A notícia do arquivamento do processo sobre o caso do desaparecimento de Ibraimo Mbaruco foi avançada à Lusa, em 9 de Agosto, por uma fonte da Procuradoria Provincial de Cabo Delgado.

“Conforme o disposto no artigo 307 e (em associação) artigo 323, número 1 do Código do Processo Penal, o Magistrado do Ministério Público dá por encerrada a instrução”, pode ler-se num despacho sobre o processo número 82/02/P/2024, referente ao desaparecimento do jornalista.

O Instituto de Comunicação Social da África Austral (Misa-Moçambique), que enviou na altura uma missão para Cabo Delegado para investigar o caso, relatou que pouco antes do seu desaparecimento, Ibraimo Mbaruco terá enviado uma curta mensagem a um dos seus colegas de trabalho, informando que estava cercado por militares e o que se passou depois é uma incógnita.

No entanto, no seu despacho, a PGR diz que “não ficou provado que Ibraimo Mbaruco foi rap-



tado ou sequestrado por militares”.

Ibraimo Mbaruco desapareceu numa altura em que o Governo perseguia os jornalistas que reportavam a guerra em Cabo Delgado.

Em 2019, dois jornalistas locais que cobriam o tema, Amade Abubacar e Germano Adriano, foram detidos e interrogados pelas autoridades durante quatro meses, sob acusação de violação de segredos de Estado e incitamento à desordem.

O Instituto de Comunicação Social da África Austral (Misa-Moçambique), que enviou na altura uma missão para Cabo Delegado para investigar o caso, relatou que pouco antes do seu desaparecimento, Ibraimo Mbaruco terá enviado uma curta mensagem a um dos seus colegas de trabalho, informando que estava cercado por militares e o que se passou depois é uma incógnita.

PGR diz que não consegue localizar agressores de Coutinho Macanaze

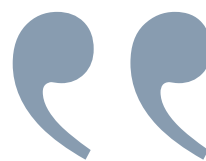
Coutinho Macanaze foi agredido por MMVs, de uma das Assembleias de Voto da Escola Primária Polana Caniço “A”, em Maputo, quando fazia a cobertura do apuramento parcial nas fraudulentas Eleições Autárquicas de 11 de Outubro.

No âmbito do processo que a vítima move contra os MMVs e os agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM), juntou um vídeo no qual é possível ver nítida e claramente os rostos dos agressores, bem como dos agentes da Polícia que assistiam a cena de violência calma e serenamente, omitindo o seu dever de garantia da ordem e segurança públicas.

Por não concordar com a decisão, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) submeteu, em 20 de Agosto, um requerimento suscitando a intervenção do superior hierárquico do MP para a realização das seguintes diligências: visualização do vídeo que mostra as imagens da acção violenta dos MMV's bem como a inacção dos membros da PRM; audição dos senhores Valdo Eduardo Massingue, operador de câmara que filmou os eventos, e Clemente Carlos, jornalista, ambos na qualidade de testemunhas oculares dos factos; solicitação oficiosa ao Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) da lista dos MMVs por Assembleia de Voto que estavam afectos à Escola Primária Polana Caniço “A”; solicitação oficiosa ao Comando da PRM da Cidade de Maputo da indicação da lista dos agentes da Polícia alocados para garantir a segurança na data da realização dos pleitos eleitorais (durante o processo de contagem de votos) na escola em causa, bem como a indicação das respectivas esquadras.

O CDD condena, nos termos mais veementes, o arquivamento dos processos, porque acarinha ataques à liberdade de imprensa, aos defensores dos direitos humanos e à impunidade.

O CDD defende que o arquivamento do processo é a continuação da negação do acesso à Justiça por parte da PGR aos jornalistas que, tendo em conta a natureza das suas actividades, são defensores dos direitos humanos, da verdade, da justiça, da democracia e do Estado de direito.



O CDD defende que o arquivamento do processo é a continuação da negação do acesso à Justiça por parte da PGR aos jornalistas que, tendo em conta a natureza das suas actividades, são defensores dos direitos humanos, da verdade, da justiça, da democracia e do Estado de direito.






Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

